

# UFV - Pitombeira S.A

**Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da  
UFV – Pitombeira S.A.  
São Paulo – SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UFV - Pitombeira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UFV - Pitombeira S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de Março de 2024, sem modificação.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de Março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

# UFV Pitombeira S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>21.663</b>	<b>2.974</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.092	310
Investimentos de curto prazo	5	10.822	733
Contas a receber de clientes	6	1.739	51
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		855	1.522
Outros tributos compensáveis		-	177
Despesas pagas antecipadamente		155	181
<b>Não circulante</b>			
		<b>281.648</b>	<b>276.500</b>
Imobilizado	7	280.772	276.415
Intangível		876	85
<b>Total do ativo</b>			
		<b>303.311</b>	<b>279.474</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>8.872</b>	<b>241.379</b>
Fornecedores		1.770	3.373
Empréstimos e financiamentos	8	2.957	-
Debêntures	8	-	237.362
Arrendamentos	10.1	59	-
Salários e férias a pagar		295	380
Impostos e contribuições sociais a recolher		4	5
Outros tributos a pagar		103	259
Provisões	9	3.684	-
<b>Não circulante</b>			
		<b>124.026</b>	<b>17.600</b>
Empréstimos e financiamentos	8	123.225	-
Arrendamentos	10.1	93	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		-	17.600
Provisões	9	708	-
<b>Patrimônio líquido</b>			
	11	<b>170.413</b>	<b>20.495</b>
Capital social		198.293	23.793
Reserva de lucros		(27.880)	(3.298)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
		<b>303.311</b>	<b>279.474</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# UFV Pitombeira S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>12</b>	<b>15.565</b>	<b>46</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>13</b>	<b>(20.705)</b>	<b>(2.994)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>(5.140)</b>	<b>(2.948)</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>13</b>	<b>(1.587)</b>	<b>(28)</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.613)	-
Outras Receitas Operacionais		26	-
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(6.727)</b>	<b>(2.976)</b>
			-
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(17.855)</b>	<b>-</b>
Despesas financeiras	<b>14</b>	(20.722)	-
Receitas financeiras	<b>14</b>	2.867	-
<b>Prejuízo antes do do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(24.582)</b>	<b>(2.976)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(24.582)</b>	<b>(2.976)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# UFV Pitombeira S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(24.582)</b>	<b>(2.976)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(24.582)</b>	<b>(2.976)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## UFV Pitombeira S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>48</b>	<b>(322)</b>	<b>(274)</b>
Aumento de capital	23.745	-	23.745
Prejuízo do exercício	-	(2.976)	(2.976)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>23.793</b>	<b>(3.298)</b>	<b>20.495</b>
Aumento de capital	174.500	-	174.500
Prejuízo do exercício	-	(24.582)	(24.582)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>198.293</b>	<b>(27.880)</b>	<b>170.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# UFV Pitombeira S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(24.582)	(2.976)
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização		11.092	-
Encargos de dívidas empréstimos		20.308	-
Encargos de dívidas arrendamentos		24	-
Receita de aplicações financeiras		(2.009)	-
Baixa do ativo intangível		85	-
		<b>4.918</b>	<b>(2.976)</b>
<b>(Aumento) no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(1.688)	(51)
Tributos e contribuições sociais a compensar		841	(1.144)
Despesas pagas antecipadamente		49	(181)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(68)	-
		<b>(866)</b>	<b>(1.376)</b>
<b>(Redução) Aumento no Passivo</b>			
Fornecedores		2.836	2.880
Salários, férias a pagar		(85)	256
Impostos e contribuições sociais a recolher		(156)	220
Provisões		(4.392)	-
		<b>(1.797)</b>	<b>3.356</b>
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>2.255</b>	<b>(996)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(291.978)	(26.390)
Resgates em títulos e valores mobiliários		283.898	80.129
Adições no imobilizado	7	(6.636)	(69.985)
Adições no intangível		(1.123)	(85)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(15.839)</b>	<b>(16.331)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		156.900	17.600
Empréstimos tomados		123.712	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	8	(200.000)	-
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos	8	(59.164)	-
Amortização de principal de arrendamentos		(58)	-
Amortização de juros s/ arrendamentos		(24)	-
<b>Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos</b>		<b>21.366</b>	<b>17.600</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>7.782</b>	<b>273</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	310	37
Saldo no final do exercício	4	8.092	310
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>7.782</b>	<b>273</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis** *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Informações gerais**

A UFV Pitombeira S.A. (“Companhia”) foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 16 de julho de 2021, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, alterou a razão social de Transmissoras Reunidas S.A. para UFV Pitombeira S.A. e passou a ter como objeto social: (i) a exploração e implantação, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica UFV Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati-CE, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sob o CEG nº UFV.RS.CE.034037-5.01; (ii) operação e manutenção da UFV Pitombeira; (iii) comercialização de energia no mercado atacadista e varejista.

A Alupar, acionista controladora da Companhia, obteve em 24 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.471, emitida pela ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica – UFV Pitombeira, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação elevadora 34,5/230 kV, junto à usina, 1 X 66/88/110 MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 63 (sessenta e três) km de extensão conectando-a à SE Russas II.

A central geradora é constituída por 14 unidades geradoras de 3,375 MW cada, totalizando 47,25 MW de potência instalada e 46,009 MW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. Posteriormente por meio da Resolução Autorizativa nº 11.906 de 24 de maio de 2022, foi transferida a titularidade da autorização do empreendimento da Alupar Investimento S.A. para Companhia.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data da resolução, e a partir de 15 de dezembro de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início de operação em teste, por meio do Despacho nº 4.902 de 14 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização.

A Companhia possui 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD devido o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ter ocorrido dentro do prazo de 48 meses contados da data da sua outorga.

A Companhia obteve no dia 16 de fevereiro de 2024 autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial nesta data.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **2.2 Declaração de conformidade**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2025.

### **2.3 Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.4 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.5 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

#### ***1. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.7 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 e nota explicativa 3.4 – Imobilizado: taxa de depreciação;

### 3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a

- correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
  - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
  - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
  - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

## **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2 Redução ao valor recuperável**

#### **Ativos financeiros não-derivativos**

##### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

##### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

## **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, encargos financeiros elegíveis a capitalização líquida da receita de aplicações financeiras e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

### **3.5 Tributação**

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real.

#### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - Lucro Real 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%,

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### ***Imposto de renda e contribuição social correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício

### **3.6 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

### **3.7 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

### **3.8 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 168,78 MH/h.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.9 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### **3.10 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

#### **Em vigor desde 1º de janeiro de 2024**

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

#### **Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

#### **Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	8.092	310

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

#### 5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Fundo de Investimento - STA Energia	94,99% do CDI	101,94% do CDI	7.635	733
Fundo de Investimento – Banco Nordeste	92% do CDI	-	3.187	-
			<b>10.822</b>	<b>733</b>

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI).

#### 6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica	537	-
Suprimento de energia elétrica - Partes relacionadas	990	-
Ajuste positivo CCEE	211	51
	<b>1.738</b>	<b>51</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

## 7 Imobilizado

O saldo de Imobilizado é composto pelos custos de aquisição para construção do empreendimento conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	Adições	Outros (*)	Transferência	31/12/2023	Adições (ii)	Transferência	Outros (i)	31/12/2024
<b>Imobilizado em serviço</b>									
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	46.784	-	46.784
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	49	245.222	(1.351)	243.920
Direito de uso sobre arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	172	172
	-	-	-	-	-	<b>49</b>	<b>292.006</b>	<b>(1.179)</b>	<b>290.876</b>
<b>Em curso</b>									
Adiantamento a fornecedores	171.514	-	277	(170.453)	1.338	171	(172)	(1.337)	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-	728	728
A ratear	7.353	69.985	27.286	170.453	275.077	6.416	(291.834)	10.341	-
<b>Total do custo do imobilizado</b>	<b>178.867</b>	<b>69.985</b>	<b>27.563</b>	<b>-</b>	<b>276.415</b>	<b>6.636</b>	<b>-</b>	<b>8.563</b>	<b>291.614</b>
<b>Depreciação</b>									
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	(1.650)	-	-	(1.650)
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	(9.156)	-	-	(9.156)
Direito de uso sobre arrendamento	-	-	-	-	-	(36)	-	-	(36)
<b>Total da depreciação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.842)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.842)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>178.867</b>	<b>69.985</b>	<b>27.563</b>	<b>-</b>	<b>276.415</b>	<b>(4.206)</b>	<b>-</b>	<b>8.563</b>	<b>280.772</b>

(i) Outros, apresentado na rubrica de Direito de uso sobre arrendamento refere-se a remensuração de arrendamentos, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados.

(ii) Na coluna de adições o montante de R\$ 3.753 refere-se a capitalização de despesas financeiras e R\$ 45 refere-se a receitas financeiras

## 8 Empréstimos

Financiadores	Data de contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024			31/12/2023		
						Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>											
1ª Emissão de Debêntures	22/09/2022	22/09/2024	200.000	1,28 % do CDI	Única no final	-	-	-	235.008	2.538	237.546
Banco do Nordeste - BNB	28/06/2024	15/07/2048	125.000	5,03% IPCA	Mensal	561	2.450	3.011	-	-	-
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	-	-	-	(54)	-	(54)	-	(184)	(184)
<b>Total</b>						<b>507</b>	<b>2.450</b>	<b>2.957</b>	<b>235.008</b>	<b>2.354</b>	<b>237.362</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>											
Banco do Nordeste - BNB	28/06/2024	15/07/2048	125.000	5,03% IPCA	Mensal	124.440	-	124.440	-	-	-
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	-	-	-	(1.215)	-	(1.215)	-	-	-
<b>Total</b>						<b>123.225</b>	<b>-</b>	<b>123.225</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total geral</b>						<b>123.732</b>	<b>2.450</b>	<b>126.182</b>	<b>235.008</b>	<b>2.354</b>	<b>237.362</b>

## **1º Emissão de debentures**

Em 22 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 1º Emissão de 200.000 debentures, totalizando R\$ 200.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Os liquidantes são a Alfa Corretora e a NuInvest, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 2 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 22 de setembro de 2024. A amortização do principal e juros ocorrerá em parcela única na data do vencimento. A remuneração será de 100% das taxas médias diária do DI – (Depósitos interbancários, acrescida de spread de 1,28% ao ano (base 252 dias).

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Em 04 de setembro de 2024 a Companhia realizou a quitação da primeira emissão de debêntures no montante de R\$ 257.069 com os recursos provenientes do AFAC e do contrato de financiamento captado junto o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB).

## **Empréstimos BNB**

Em 28 de junho de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 2.101.914 de 02/07/2024, no valor de R\$ 125.000 . Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação em 07 de agosto de 2024, no montante de R\$ 118.000 e no dia 17 de outubro de 2024 o montante de R\$7.000.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,03 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação do IPCA.

O financiamento possui carência do principal de doze meses, com o primeiro pagamento de juros de 15 de julho de 2024 a 15 de julho de 2025. Os juros começaram a ser amortizados em 14 de outubro de 2024 no total de 276 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024. A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas nos contratos de empréstimos.

**A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:**

Financiador	31/12/2023	Captações	Provisão de Encargos	Variação monetária	Amortização custos de	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>								
1º Emissão de debentures	237.546	-	1.927	17.596	-	(200.000)	(57.069)	-
Banco do Nordeste - BNB	-	125.000	2.521	2.025	-	-	(2.095)	127.451
(-) custo de captação - a amortizar	(184)	(1.287)	-	-	202	-	-	(1.269)
<b>Total</b>	<b>237.362</b>	<b>123.713</b>	<b>4.448</b>	<b>19.621</b>	<b>202</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(59.164)</b>	<b>126.182</b>

Financiador	31/12/2022	Provisão de Encargos	Variação monetária	Amortização custos de	31/12/2023
<b>Moeda nacional</b>					
1º Emissão de debentures	207.506	2.538	27.502	-	237.546
(-) custo de captação - a amortizar	(461)	-	-	277	(184)
<b>Total</b>	<b>207.045</b>	<b>2.538</b>	<b>27.502</b>	<b>277</b>	<b>237.362</b>

## 9 Provisões

Natureza	31/12/2023	Provisão	Realizações	31/12/2024
Provisões de constituição de ativos (a)	-	10.843	(7.159)	3.684
Provisões para compensações ambientais (b)	-	837	(129)	708
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>11.680</b>	<b>(7.288)</b>	<b>4.392</b>
Circulante	-			3.684
Não Circulante	-			708
	-			<b>4.392</b>

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

## 10 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

## 10.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Ativo circulante - partes relacionadas</u></b>		
Contas a receber de clientes	<b>990</b>	-
<b><u>Passivo circulante - partes relacionadas</u></b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	59	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A	25	-
	<b>84</b>	-
<b><u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u></b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	<b>93</b>	-

### (B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Custos - partes relacionadas</u></b>			
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	12	650	-
Venda de Energia - ACE	12	3.759	-
<b><u>Despesas - partes relacionadas</u></b>			
Compra de energia - Alupar Investimento S.A	13	(2.259)	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A		(25)	-
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A		(25)	-
		<b>2.100</b>	-

## 10.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantiadora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
30/10/2024	Diretoria	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 180/2021	30/10/2024	30/10/2025	454	454
29/07/2024	Diretoria	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2024.1100.31158 assinado em 27/06/2024	29/07/2024	29/07/2026	125.000	127.451

## 11 Patrimônio líquido

Em 03 de junho de 2024 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 75.500. Assim, o capital social, que era de R\$ 23.793, passou a ser de R\$ 99.293, mediante a emissão de 75.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 23.793.292, passou a ser 99.293.292.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Alupar Investimento S.A., com renúncia expressa da acionista AF Energia S.A. ao direito de preferência para subscrição destas ações, 75.500.000 (setenta e cinco milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 75.500, integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 03 de setembro de 2024 a acionista Alupar Investimento S.A. realizou o AFAC no montante de R\$ 99.000.

Em 13 de dezembro de 2024 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 99.000. Assim, o capital social, que era de R\$ 99.292, passou a ser de R\$ 198.293, mediante a emissão de 99.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 99.293.292, passou a ser 198.293.292.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

		31/12/2024		31/12/2023	
		Ordinárias		Ordinárias	
		Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>					
Alupar Investimento S.A		198.293.291	100,00%	23.793.291	100,00%
AF Energia S.A		1	0,00%	1	0,00%
<b>Total das ações</b>		<b>198.293.292</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.793.292</b>	<b>100,00%</b>

## 12 Receita operacional líquida

	Nota	Mwh	31/12/2024	Mwh	31/12/2023
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>					
Suprimento de energia - ambiente livre		69.937	11.716	-	-
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	10.1	25.931	4.409	-	-
Ajuste positivo CCEE		-	969	-	51
			<b>95.868</b>	<b>17.094</b>	<b>51</b>
<b>Deduções</b>					
PIS - Programa de integração social			(273)		(1)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(1.256)		(4)
			<b>(1.529)</b>		<b>(5)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>15.565</b>		<b>46</b>

### 13 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>					
Encargos de uso da rede elétrica		(2.872)	-	(2.994)	-
Doações, contribuições e subvenções		-	(8)	-	-
		<b>(2.872)</b>	<b>(8)</b>	<b>(2.994)</b>	-
<b>Custos gerenciáveis</b>					
Energia comprada para revenda		(3.413)	-	-	-
Energia comprada partes relacionadas	10.1	(2.259)	-	-	-
Seguros		(494)	-	-	-
Alugueis		(32)	(21)	-	-
Pessoal		(128)	(679)	-	-
Material		(36)	(8)	-	-
Honorários de diretoria		-	(387)	-	-
Serviços de Terceiros		(387)	(425)	-	(28)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	10.1	(25)	-	-	-
Outros despesas		(3)	(50)	-	-
Outras receitas		-	26	-	-
		<b>(6.777)</b>	<b>(1.544)</b>	-	<b>(28)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>		<b>(11.056)</b>	<b>(35)</b>	-	-
		<b>(11.056)</b>	<b>(35)</b>	-	-
<b>Total</b>		<b>(20.705)</b>	<b>(1.587)</b>	<b>(2.994)</b>	<b>(28)</b>

### 14 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (*)	(20.308)	-
Encargos sobre arrendamentos	(24)	-
Outros	(391)	-
<b>Total</b>	<b>(20.723)</b>	-
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	2.765	-
Outros	102	-
<b>Total</b>	<b>2.867</b>	-
<b>Total Líquido</b>	<b>(17.856)</b>	-

(\*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 16 de fevereiro de 2024, devido a Companhia em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

## 15 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### 15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e bancos	8.092	8.092	310	310	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	10.822	10.822	733	733	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.739	1.739	51	51	-	Custo amortizado
	<b>20.653</b>	<b>20.653</b>	<b>1.094</b>	<b>1.094</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	1.770	1.770	3.373	3.373	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	126.182	126.182	237.362	237.362	-	Custo amortizado
	<b>127.952</b>	<b>127.952</b>	<b>240.735</b>	<b>240.735</b>		

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

## 15.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

### ***Análise de sensibilidade***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Investimento de curto prazo	CDI + 10.822	798	1.197	1.596	1.995	2.394

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%
BNB	IPCA 5,03%	127.451	9.731	11.390	13.050	14.710	16.370

(\*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

## 16 Transações não envolvendo caixa

### Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Ingressos / Captações	Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/ baixas	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8 237.362	125.000	(259.164)	24.069	(1.287)	125.980
Arrendamentos	-	143	(58)	24	43	152
AFAC	17.600	156.900	-	-	(174.500)	-
	237.362	125.143	(259.222)	24.093	(1.244)	126.132
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>	<b>237.362</b>	<b>125.143</b>	<b>(259.222)</b>	<b>24.093</b>	<b>(1.244)</b>	<b>126.132</b>

### Atividades operacionais – efeito não caixa

Fornecedores: o montante de R\$ 332 refere-se a baixa de adiantamentos e o montante de R\$ 901 refere-se a provisões de despesas sem impacto no caixa.

## 17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024 referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.